



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Licenciatura em História

Trabalho de fim do curso

**Evolução do Trabalho Infantil na Província de Maputo: Um Estudo de
Caso Vila Sede do distrito de Marracuene (2017-2022)**

Discente: Nelson De Figueiredo David Mumba

Docentes:

Paulo Lopes José, Phd

José Cláudio Mandlate, MA

Maputo, Fevereiro de 2025

Evolução do Trabalho Infantil na Província de Maputo: Um Estudo de Caso Vila sede do distrito de Marracuene (2017-2022)

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção de grau de licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane.

Nelson De Figueiredo David Mumba

Departamento de História
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Fevereiro de 2025

Declaração

Eu Nelson De Figueiredo David Mumba, declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada, na ausência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Nelson De Figueiredo David Mumba

Dedicatória

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando incondicionalmente em cada momento da minha vida acadêmica e pessoal. Sem o amor, paciência e incentivo de vocês, este sonho não teria se tornado realidade.

Aos meus amigos, que sempre acreditaram no meu potencial e me ofereceram palavras de conforto e motivação nos momentos de desafio.

E, especialmente, dedico este trabalho a minha esposa e aos meus filhos pela inspiração constante, pelo apoio incansável e por me lembrar da importância de seguir em frente, mesmo diante das adversidades.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder forças e sabedoria ao longo desta jornada acadêmica, permitindo-me chegar até aqui com saúde e perseverança.

Expresso minha profunda gratidão à minha família, especialmente aos meus pais, por todo apoio incondicional, paciência e incentivo durante cada etapa deste trabalho e de toda a minha formação. Sem o suporte de vocês, nada disso seria possível.

Aos meus amigos e colegas, que estiveram ao meu lado compartilhando experiências, angústias e conquistas, agradeço por cada palavra de apoio e pela parceria ao longo desses anos.

Um agradecimento especial aos docentes do departamento, pela paciência, orientação e valiosas contribuições, que foram fundamentais para a realização desta monografia. Sua dedicação e disponibilidade foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também à Universidade Eduardo Mondlane, por fornecer os recursos necessários e por permitir o desenvolvimento desta pesquisa em um ambiente propício para o aprendizado.

Por fim, agradeço a todos os professores que, directa ou indirectamente, contribuíram para o meu crescimento académico, e a todas as pessoas que, de alguma forma, colaboraram para a concretização deste trabalho.

Muito obrigado(a) a todos!

Resumo

Este trabalho visa analisar a evolução do trabalho infantil na Província de Maputo, com foco para Vila do Distrito de Marracuene, entre os anos de 2017 a 2022. O trabalho infantil é um fenómeno global, fortemente enraizado em factores históricos, económicos e sociais, e persiste como um desafio significativo em diversas regiões do mundo, incluindo Moçambique. No contexto de Marracuene, a combinação de desigualdades socioeconómicas, pobreza e o impacto de políticas públicas inconsistentes contribui para a prevalência dessa prática. O estudo explora como as transformações económicas e sociais influenciaram a natureza do trabalho infantil ao longo do tempo, considerando as dinâmicas locais, a herança colonial e os efeitos das guerras civis no país. Além disso, avalia-se a eficácia das políticas públicas implementadas no combate ao trabalho infantil na região. A pesquisa visa fornecer uma compreensão abrangente dos factores que perpetuam o trabalho infantil e oferecer recomendações para intervenções futuras.

Palavras-chave: trabalho infantil, Marracuene e desigualdade socioeconómica.

Abstract

This study aims to analyze the evolution of child labor in the Province of Maputo, focusing on the Marracuene District, from 2017 to 2022 . Child labor is a global phenomenon deeply rooted in historical, economic, and social factors, and it remains a significant challenge in many regions, including Mozambique. In Marracuene, a combination of socioeconomic inequalities, poverty, and the impact of inconsistent public policies has contributed to the persistence of child labor. The study explores how economic and social transformations have influenced the nature of child labor over time, considering local dynamics, the colonial legacy, and the effects of the country's civil wars. Additionally, it assesses the effectiveness of public policies aimed at combating child labor in the region. The research seeks to provide a comprehensive understanding of the factors that perpetuate child labor and offers recommendations for future interventions.

Key words: child labor, Marracuene and socioeconomic inequality.

Abreviaturas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

CNP – Comissão Nacional de Prevenção

MISAU – Ministério da Saúde de Moçambique

IMF – Fundo Monetário Internacional

MGCAS – Ministério do Género, Criança e Ação Social

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CNDH – Comissão Nacional de Direitos Humanos

CIELO – Centro de Informação e Educação para a Cidadania

OUA – Organização da União Africana

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

RENAMO – Revolução Nacional de Moçambique

CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento

Cronologia

ANO	ACONTECIMENTO
1975	Aprovada a Factory Act na Inglaterra, que estabelece limites ao trabalho infantil.
1977-1992	Guerra Civil – Conflito armado entre a FRELIMO e a RENAMO, afectando as condições socioeconómicas e demográficas.
1833	Aprovada a Factory Act na Inglaterra, que estabelece limites ao trabalho infantil.
1919	Criação da OIT, com foco na protecção do trabalho infantil.
1924	Aprovada a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, reconhecendo a necessidade de protecção.
1948	Adopção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmando direitos das crianças.
1959	A ONU adopta a Declaração dos Direitos da Criança.
1973	A OIT adopta a Convenção nº 138, que estabelece a idade mínima para trabalho.
1989	Adopção da Convenção sobre os Direitos da Criança pela ONU.
1990-2000	Reformas Administrativas – Criação de novos distritos e reorganização administrativa, com a inclusão de Marracuene.
1990-2000	Reformas Administrativas – Criação de novos distritos e reorganização administrativa, com a inclusão de Marracuene.
1999	A OIT aprova a Convenção nº 182, abordando as piores formas de trabalho infantil.
1992	Acordos de Paz – Assinatura dos Acordos de Paz de Roma, marcando o fim da guerra civil.

Sumário

Declaração	1
Dedicatória.....	2
Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract.....	5
Abreviaturas.....	6
Cronologia	7
Sumário.....	8
CAPÍTULO I	11
1. Introdução.....	11
1.1. Objectivos	12
1.2. Problemática.....	13
1.3. Pergunta de partida.....	14
1.4. Argumento	14
1.5. Metodologia	15
1.6. Revisão da literatura.....	18
CAPÍTULO II.....	22
2. História do Trabalho Infantil.....	23
2.1. Trabalho Infantil no Mundo	23
2.2. Trabalho Infantil em África	24
2.3. Trabalho Infantil em Moçambique.....	25
CAPÍTULO III	29
3. O Contexto de Marracuene e a Prevalência do Trabalho Infantil	29
3.1. Processo de Incorporação ao Trabalho Infantil na vila sede de Marracuene: Contratação e Funções Desempenhadas	30

3.2.	Causas do Trabalho Infantil na Vila Sede de Marracuene	31
3.2.1.	Pobreza e Desigualdade Económica.....	31
3.2.2.	Falta de Acesso e Qualidade da Educação	32
3.2.3.	Normas Culturais e Sociais	32
3.2.4.	Limitações das Políticas Públicas.....	33
3.2.5.	Influência da Desigualdade de Género.....	34
3.2.6.	Conflitos e Instabilidade Familiar	34
3.2.7.	Trabalho Doméstico	35
3.2.8.	Trabalho na Agricultura	35
3.2.9.	Comércio Informal	36
3.2.10.	Construção Civil e Pequenos Reparos	36
3.2.11.	Pesca e Actividades Relacionadas	37
	Impactos e Consequências do Trabalho Infantil.....	37
	Impactos na Saúde Física.....	38
	Estudos Globais:	38
	Estudos Nacionais:.....	39
	Impacto Específico em Marracuene:	39
	Impactos na Saúde Mental	39
	Estudos Globais:	39
	Impacto Específico em Marracuene:	40
	Impactos na Educação	40
	Estudos Globais:	40
	Impacto Específico em Marracuene:	41
	Impactos Sociais e Económicos.....	41
	CAPÍTULO IV	42

4.	Conclusão.....	42
	Referências Bibliográficas.....	44

CAPÍTULO I

1. Introdução

Neste trabalho, pretende-se analisar a evolução do trabalho infantil na Província de Maputo: tendo como foco na vila sede do distrito de Marracuene no período de 2017-2022.

O trabalho infantil é um fenómeno global que tem raízes profundas e complexas. Historicamente, o trabalho infantil surgiu em contextos de desigualdade e exploração económica. Durante a Revolução Industrial no século XIX, as crianças foram amplamente empregadas em fábricas e minas, muitas vezes em condições extremamente precárias e perigosas (Hobsbawm, 1999). Esse período marcou o início de uma crescente consciência internacional sobre a necessidade de proteger as crianças dos abusos associados ao trabalho.

Na África, o trabalho infantil é um problema persistente, exacerbado por factores como pobreza extrema, desigualdade e falta de acesso à educação. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, em 2021, cerca de 80 milhões de crianças entre 5 e 14 anos estavam envolvidas em actividades económicas na África, muitas das quais em condições de exploração (OIT, 2021). A literatura aponta que as crianças em muitos países africanos são frequentemente vistas como uma parte integral da força de trabalho familiar, especialmente em áreas rurais onde a agricultura é predominante (Edmonds, 2006).

Em Moçambique, o trabalho infantil é um desafio significativo que reflecte as dificuldades económicas e sociais do país. Desde a independência em 1975, Moçambique tem lutado contra a pobreza e a desigualdade, factores que contribuem para a persistência do trabalho infantil. Embora o país tenha adoptado várias políticas e leis para combater essa prática, a implementação efectiva dessas medidas é dificultada por questões como a falta de recursos e infra-estrutura (Matsinhe, 2013). A OIT, por exemplo, tem trabalhado com o governo moçambicano para promover a educação e reduzir o trabalho infantil, mas os resultados têm sido mistos (OIT, 2016).

A Província de Maputo oferece um cenário interessante para estudar a evolução do trabalho infantil. No entanto, dentro da província, o Distrito de Marracuene apresenta um estudo de caso particularmente relevante para compreender as dinâmicas do trabalho infantil. Marracuene, situado nas proximidades da capital Maputo, tem experimentado mudanças

económicas e sociais significativas desde a década de 1990. O crescimento urbano, o desenvolvimento de novas oportunidades económicas e as políticas públicas voltadas para a protecção das crianças têm influenciado a natureza e a prevalência do trabalho infantil na região.

Entre 1990 e 2020, o Distrito de Marracuene passou por uma transformação notável, com o crescimento da urbanização e a melhoria nas condições económicas. No entanto, mesmo com esses avanços, o trabalho infantil ainda persiste como um desafio significativo. O aumento das oportunidades económicas e as melhorias nas políticas públicas não eliminaram completamente a necessidade de trabalho infantil para muitas famílias (Cruz, 2019).

Este estudo visa analisar a evolução do trabalho infantil no Distrito de Marracuene, explorando como as mudanças económicas, sociais e políticas ao longo das últimas três décadas têm impactado essa prática. A pesquisa buscará oferecer uma visão detalhada das transformações no trabalho infantil, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas locais e oferecendo recomendações para políticas públicas e intervenções futuras.

1.1. Objectivos

1.1.1. Objectivo geral

- Analisar a evolução do trabalho infantil na Vila Sede do Distrito de Marracuene, na Província de Maputo, de 2017 a 2022.

1.1.2. Objectivos específicos

- Demonstrar o história do trabalho infantil na vila sede distrito de Marracuene (2017-2022);
- Identificar as principais causas socioeconómicas e culturais do trabalho infantil na Vila Sede do distrito de Marracuene entre 2017 e 2022;
- Identificar as principais tendências e mudanças na incidência de trabalho infantil na Vila Sede do distrito de Marracuene entre 2017 e 2022;

1.2. Problemática

Em todo o mundo o trabalho é apontado como um dos maiores efeitos negativos da pobreza e das desigualdades sociais uma vez que, estima-se que cerca de 250 milhões de crianças e adolescentes a nível mundial ainda trabalham (UNICEF apud OIT, 2012). Em Moçambique, estima-se que em todo país cerca de 1 milhão de crianças e adolescentes dos 7 aos 17 anos se encontram no mercado de trabalho antes da idade mínima de admissão para o emprego, realizando algum tipo de actividade económica (UNICEF, 2014).

O trabalho infantil em Moçambique tem magnitude muito grande. É um tema grave e alarmante. Os dados nacionais do Instituto Nacional de Estatísticas mostram que mais de 1 milhão de crianças estão a trabalhar. O trabalho de crianças em Moçambique é rural, agrícola, para ajudar na renda familiar. A causa principal do trabalho infantil em Moçambique é a pobreza. (INE, 2017)

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, considerou “grave e alarmante” o envolvimento de menores com trabalho em Moçambique. Agência estima que mais de 1 milhão de crianças moçambicanas, dos sete aos 17 anos, são submetidas ao trabalho infantil, cuja causa principal é a pobreza. A agência referiu que milhares de famílias moçambicanas, sobretudo das zonas rurais, admitem que as crianças entrem no mercado laboral para ajudar a compor a renda.

Para o trabalho infantil é uma questão económica na medida que os actores que estão envolvidos encontram-se directamente ligados a pobreza e principalmente à dos agregados familiares. Assim, para esta perspectiva o trabalho infantil surge devido a precarização das condições de vida da população tais como a falta de alimentação, educação, habitação, saneamento e outras necessidades consideradas básicas para a sobrevivência humana. Os factores socioculturais influenciam o trabalho infantil. Estes factores caracterizam-se por um conjunto de práticas e atitudes que se encontram enraizadas nas tradições culturais e nas relações de género e poder que ditam no sentido normativo, o que os membros dos agregados familiares devem fazer para participar na vida familiar ou comunitária (UNICEF, 2014).

Na vila sede de Marracuene, estima-se que os agregados familiares são os mais afectados pela pobreza. Como estratégia de sobrevivência as famílias colocam a disposição a mão-de-obra

dos seus filhos em actividades como empregados domésticos e vendedores ambulantes. Estes trabalhos são remunerados por alimentos, vestuários, acomodação, propinas para a escola e até outras vezes sem remuneração, (Barros e Gulamo, 1999).

O trabalho infantil provoca diferentes problemas que podem se caracterizar como: físicas as crianças ficam expostas a riscos de lesões, deformidades físicas e doenças, muitas vezes superiores às possibilidades de defesa de seus corpos; emocionais as crianças podem apresentar, ao longo de suas vidas, dificuldades para estabelecer vínculos efectivos em razão das condições de exploração a que estiveram expostas e dos maus-tratos que receberam. (Dias, 2013, p. 44-57).

Na vila de Marracuene de 2017 a 2022, o trabalho entre as meninas não é muito visível porque as crianças do sexo feminino fazem trabalhos domésticos remunerados na esfera privada tais como empregadas domésticas ou babas dos filhos dos seus patrões, enquanto as do sexo masculino tornam-se os casos mais observáveis porque são os que mais se encontram na rua como por exemplo, catadores de lixo, vendedores ambulantes e pedintes. (Gomes e da Silva, 2011)

1.3. Pergunta de partida

De que maneira evoluiu a incidência de trabalho infantil na Vila Sede do Distrito de Marracuene, na Província de Maputo entre 2017a 2022?

1.4. Argumento

O argumento central deste estudo é que a persistência do trabalho infantil em Marracuene é um reflexo directo das condições históricas e socioeconómicas da região. A colonização portuguesa estabeleceu um sistema económico que dependia da exploração intensiva, incluindo o trabalho infantil. A transição para a independência, embora tenha trazido novas oportunidades, foi marcada por conflitos devastadores que desestruturaram a sociedade e exacerbaram a pobreza. A guerra civil, em particular, teve um impacto profundo, interrompendo a educação e forçando muitas crianças ao trabalho para ajudar suas famílias.

Desde 1990, Moçambique tem feito esforços significativos para combater o trabalho infantil, mas a eficácia dessas iniciativas tem sido limitada por desafios contínuos, como a pobreza persistente e a falta de infra-estrutura adequada. A combinação desses factores

históricos e atuais cria um ambiente onde o trabalho infantil continua a ser uma realidade para muitas crianças em Marracuene.

Portanto, este estudo argumenta que a erradicação do trabalho infantil em Marracuene exige uma abordagem multifacetada que considere as condições históricas e socioeconómicas específicas da região. É necessário avaliar as políticas existentes e desenvolver novas estratégias que abordem directamente as causas subjacentes do trabalho infantil, como a pobreza e a falta de acesso à educação.

1.5. Metodologia

A metodologia deste estudo foi elaborada para garantir uma análise detalhada e compreensiva do trabalho infantil em Marracuene, província de Maputo, desde 2017 até 2022. A abordagem adoptará o método qualitativo para capturar a complexidade do problema e fornecer uma visão abrangente das condições e factores que influenciam o trabalho infantil na região.

A técnica qualitativa será empregada para obter uma compreensão detalhada e rica sobre o trabalho infantil em Marracuene. Esta abordagem é crucial para explorar as experiências e perspectivas locais, além de identificar factores subjacentes que influenciam o trabalho infantil.

Entrevistas semiestruturadas

Objectivo: Capturar uma visão detalhada sobre o trabalho infantil a partir de diversas perspectivas. As entrevistas visam explorar causas, impactos das políticas existentes, e condições vividas pelas crianças e suas famílias (Creswell, 2014).

Participantes:

Stakeholders Chave: Representantes de ONGs que trabalham na área de protecção infantil, funcionários do governo local, e líderes comunitários.

Famílias e Pais: Pais e responsáveis de crianças envolvidas no trabalho infantil.

Profissionais de Campo: Trabalhadores sociais e educadores.

Procedimento:

Preparação: Elaboração de um roteiro de entrevista semiestruturado com perguntas abertas sobre as causas do trabalho infantil, impacto das políticas públicas e estratégias de sobrevivência das famílias (Patton, 2015).

Execução: Realização de entrevistas individuais ou em grupos pequenos, gravadas e transcritas com o consentimento dos participantes.

Análise: Utilização da análise de conteúdo para identificar temas e padrões recorrentes (Braun & Clarke, 2006).

Instrumentos:

Roteiro de Entrevista: Perguntas abertas sobre factores que levam ao trabalho infantil, experiências com políticas públicas e impactos sociais e económicos.

Pesquisa Documental e Bibliográfica

A pesquisa documental e bibliográfica será usada para contextualizar o estudo e avaliar as políticas públicas relacionadas ao trabalho infantil.

Pesquisa Bibliográfica

Objectivo: recolher e revisar literatura existente sobre trabalho infantil, com foco em contextos semelhantes a Marracuene e Moçambique (Kumar, 2014).

Procedimento:

Fontes:

Artigos Académicos: Estudos e revisões da literatura sobre trabalho infantil em Moçambique e outras regiões afectadas (ILO, 2021).

Relatórios de Organizações: Relatórios de UNICEF, ILO e outras ONGs que abordam o trabalho infantil e políticas de protecção infantil.

Livros e Capítulos de Livros: Obras de referência sobre a história socioeconómica de Moçambique e a evolução das políticas de trabalho infantil (Hanlon, 2004).

Análise: Identificação de tendências e lacunas na pesquisa existente, contextualização do trabalho infantil em Marracuene, e avaliação das abordagens teóricas e práticas adoptadas (Merriam, 1998).

Pesquisa Documental

Objectivo: Avaliar documentos oficiais e políticas públicas relacionadas ao trabalho infantil para entender a abordagem do governo e das organizações na luta contra o trabalho infantil (Patton, 2015).

Documentos:

Políticas Públicas: Revisão de políticas e estratégias governamentais sobre trabalho infantil desde 1990, incluindo planos de acção e regulamentações (Gordon, 2006).

Relatórios de Implementação: Relatórios de progresso e avaliações de impacto de programas e iniciativas para combaterem o trabalho infantil (INE, 2022).

Documentos de ONGs: Relatórios e documentos de ONGs envolvidas na protecção infantil.

Procedimento:

Colecta: Recolha de documentos disponíveis em instituições governamentais, ONGs e online. O Instituto Nacional de Estatística (INE) será uma fonte importante para dados estatísticos e relatórios sobre trabalho infantil e condições socioeconómicas em Moçambique (INE, 2022).

Análise: Avaliação crítica dos documentos para identificar estratégias e políticas implementadas, sua eficácia e áreas de melhoria (UNICEF, 2020).

1.6. Revisão da literatura

Para Organização Internacional do Trabalho (OIT): A OIT (2017) define trabalho infantil como todas as formas de trabalho realizado por crianças que são prejudiciais ao seu bem-estar e desenvolvimento. Dentro dessa definição, destaca-se que o trabalho infantil doméstico frequentemente não é reconhecido e não é regulamentado, o que agrava a situação das crianças envolvidas.

A UNICEF (2019), descreve o trabalho infantil doméstico como o trabalho realizado por crianças na casa de outra pessoa, geralmente não remunerado, e que pode envolver longas horas de trabalho. A UNICEF ressalta que esse tipo de trabalho pode privar as crianças de educação e oportunidades de desenvolvimento.

Edmonds (2006), argumenta que o trabalho infantil é qualquer trabalho que priva as crianças de sua infância, potencial e dignidade, e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental. Ele acrescenta que o trabalho infantil doméstico é uma forma de trabalho que, muitas vezes, permanece invisível e desprotegida.

Gordon (2006), define o trabalho infantil doméstico como invisível, não reconhecido e não regulamentado, e menciona que ele inclui uma ampla gama de tarefas, desde cuidar de crianças até realizar trabalhos domésticos pesados. Segundo ele, é necessário abordar o trabalho infantil em um contexto de desigualdade de género e pobreza.

Hanlon (2004), afirma que o trabalho infantil em Moçambique, especialmente no contexto doméstico, é impulsionado por factores económicos e sociais que exigem que as crianças contribuam para a renda familiar. Ele acrescenta que a falta de oportunidades de educação aumenta a vulnerabilidade das crianças.

A ILO (2021) afirma que o trabalho infantil, incluindo o trabalho doméstico, é uma violação dos direitos da criança e um obstáculo ao seu desenvolvimento integral. A ILO observa que o trabalho infantil doméstico afecta desproporcionalmente meninas, que muitas vezes são encarregadas de tarefas domésticas.

Cruz (2019) define o trabalho infantil como qualquer forma de trabalho que impeça uma criança de desfrutar de sua infância, que a prive de educação e a exponha a riscos físicos e emocionais. Ele destaca que "o trabalho infantil doméstico é uma questão crítica em áreas

urbanas, onde as crianças são frequentemente empregadas como ajudantes em lares de classe média e alta.

Bourdieu (1998) analisa o trabalho infantil sob uma perspectiva sociológica, afirmando que o trabalho infantil é uma consequência da reprodução das desigualdades sociais. Ele argumenta que as crianças que trabalham em contextos domésticos muitas vezes não têm acesso a redes sociais que poderiam proporcionar oportunidades melhores.

Santos (2007) menciona que o trabalho infantil doméstico é muitas vezes visto como uma norma cultural, onde as crianças são consideradas responsáveis por ajudar nas tarefas da casa desde tenra idade. Ele ressalta que essa normalização do trabalho infantil pode dificultar a conscientização sobre seus impactos negativos.

Palermo e Mazzucato (2016) abordam a questão do trabalho infantil doméstico em contextos de migração, afirmando que as crianças migrantes frequentemente são mais vulneráveis ao trabalho doméstico, devido à falta de documentação e à exploração por parte de empregadores". Eles destacam que essa vulnerabilidade é exacerbada em situações de crise económica.

Comparação entre OIT e UNICEF: Ambas as organizações reconhecem que o trabalho infantil doméstico é prejudicial, mas a OIT enfatiza a necessidade de regulamentação e reconhecimento, enquanto a UNICEF foca mais nas consequências sociais e no impacto sobre a educação das crianças. A OIT considera o trabalho infantil um direito violado, enquanto o UNICEF vê isso como uma questão de protecção da infância.

Edmonds vs. Gordon: Enquanto Edmonds se concentra no impacto psicológico e no desenvolvimento das crianças, Gordon traz uma perspectiva sociológica, abordando como o trabalho infantil é moldado por dinâmicas sociais e culturais. Edmonds fala do trabalho infantil como um obstáculo para o potencial da criança, enquanto Gordon contextualiza isso na desigualdade de género e nas normas sociais que perpetuam essa situação.

Hanlon e Cruz: Hanlon fornece uma visão macroeconómica, ressaltando a necessidade de sobrevivência que leva as crianças a trabalhar, enquanto Cruz foca no impacto psicológico e social do trabalho infantil, especialmente em ambientes urbanos. Ambos concordam que a pobreza é um motor central, mas abordam o fenómeno a partir de ângulos diferentes:

Hanlon enfatiza a questão económica, enquanto Cruz destaca os riscos emocionais e físicos envolvidos.

Bourdieu (1998) foca nas desigualdades sociais e sua reprodução através do trabalho infantil, enquanto Santos (2007) aborda a questão da normalização cultural do trabalho infantil doméstico. Ambos concordam que as crianças estão inseridas em contextos sociais que moldam suas experiências de trabalho, mas Bourdieu foca na estrutura social, enquanto Santos enfatiza as normas culturais.

Ao contrário dos autores anteriores, Palermo e Mazzucato (2016) focam nas crianças migrantes e nas particularidades do trabalho infantil doméstico nesse contexto. Eles destacam que as crianças migrantes enfrentam uma dupla vulnerabilidade, tanto devido à sua condição migratória quanto às expectativas culturais que as forçam a trabalhar em lares.

A literatura sobre trabalho infantil doméstico revela uma diversidade de perspectivas que enriquecem a compreensão do fenómeno. As definições comparativas ajudam a esclarecer como diferentes factores, como género, economia e normas sociais, influenciam a experiência do trabalho infantil. Essa análise é crucial para a formulação de políticas eficazes que visem erradicar o trabalho infantil, especialmente em contextos vulneráveis como o de Marracuene.

O processo de análise do conceito de trabalho infantil passa primeiro pela análise do conceito de criança. À luz da legislação Moçambicana, ao abrigo do Art.º1.º da Convenção sobre os Direitos da Criança ratificada por Moçambique através da Resolução n.º19/90, entende-se por criança todo o ser humano menor de dezoito anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, a maioridade for atingida mais cedo. No entanto, e dentro da faixa etária dos 0 aos 18 anos, é definido o conceito de jovem como sendo todo o indivíduo moçambicano do grupo etário dos 15 aos 35 anos de idade (Resolução n.º 32/2006). Assim sendo entende-se por criança todo o ser humano com idade inferior a 15 anos, e por jovem todo o indivíduo com idade superior a 15 anos.

Desta forma, deverá existir uma distinção quanto ao trabalho de menores e trabalho infantil. Por trabalho de menores deve-se-á entender toda e qualquer actividade laboral desenvolvida por pessoas com idade inferior a 18 anos, sujeita ou não a remuneração, em

qualquer sector (económico, cooperativo, associativo e das Organizações Não Governamentais). Normalmente este termo trabalho de menores, à luz dos instrumentos jurídicos de Moçambique, abarca o trabalho realizado por aqueles que ainda não atingiram a maioridade (18 anos), e que já tenham completado a idade mínima para admissão a emprego, 15 anos.

Quanto ao trabalho infantil, e considerando que infantil se associa ao conceito de criança, será toda e qualquer actividade laboral desenvolvida por pessoas com idade inferior a 15 anos, sujeita ou não a remuneração, em qualquer sector (económico, cooperativo, associativo e das Organizações Não Governamentais).

Embora toda e qualquer criança tenham o direito de não ser empregada ou ocupada em actividades que prejudiquem a sua saúde, a sua educação e o desenvolvimento do seu corpo e da sua inteligência, a Lei n.º 23/2007 que rege as relações de trabalho, permite o acesso de crianças ao mercado de trabalho, de forma excepcional, desde que estas tenham idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos de idade, mediante autorização do seu representante legal (Art.º 23.º e Art.º 26.º da referida Lei). Esta situação poderá ser aceite mediante diploma específico do Conselho de Ministros, onde se determinará a natureza e as condições em que esse trabalho poderá ser prestado (Art.º 26.º da Lei n.º 23/2007).

CAPÍTULO II

A compreensão do trabalho infantil, especialmente no contexto de Moçambique, exige uma análise aprofundada de sua evolução histórica e das forças sociais, económicas e políticas que moldaram essa realidade. O trabalho infantil, que se apresenta em diversas formas, incluindo o trabalho doméstico, é um fenómeno enraizado em uma complexa rede de factores, desde práticas ancestrais até as consequências da colonização e da guerra civil.

Historicamente, as crianças foram incorporadas à força de trabalho desde os tempos mais remotos, mas foi durante a Revolução Industrial que o trabalho infantil começou a ser amplamente reconhecido como uma questão social crítica. À medida que as economias se industrializavam, o trabalho das crianças se tornou uma necessidade para muitas famílias, embora frequentemente em condições desumanas. Essa situação foi acompanhada por movimentos sociais que clamavam por reformas, culminando na adopção de legislações que visavam proteger os direitos das crianças.

O trabalho infantil é uma realidade aqui em Moçambique e nos remete a questões ligadas à família, à pobreza, à falta de educação, entre os vários factores que estão por detrás deste fenómeno. Ele interfere na escolarização da criança, priva as mesmas da oportunidade de frequentarem uma escola. O mesmo exige que a criança combine frequência escolar com um trabalho excessivamente longo e pesado, fazendo com que ela perca um dos seus direitos principais que é o “direito de brincar.” De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), é considerado Trabalho Infantil, o trabalho realizado por crianças abaixo da idade mínima de admissão ao emprego ou trabalho, estabelecido num país (OIT, nº138 e nº182).

No continente africano, e especificamente em Moçambique, a herança da escravidão e da colonização exacerbou as condições que levaram ao trabalho infantil. As dinâmicas sociais desestruturadas e as desigualdades económicas resultantes da exploração colonial continuam a impactar as comunidades até hoje, contribuindo para a persistência do trabalho infantil nas formas mais variadas.

Com a independência e a subsequente luta armada, novas realidades emergiram, criando um cenário em que as crianças frequentemente são forçadas a entrar no mercado de trabalho para

ajudar suas famílias em meio a crises económicas e sociais. Este capítulo examinará, portanto, a evolução do trabalho infantil, abordando suas raízes históricas, as influências da escravidão e da colonização, e as implicações da luta pela independência, assim como as questões contemporâneas que ainda desafiam a sociedade moçambicana.

2. História do Trabalho Infantil

O trabalho infantil é um fenómeno complexo, enraizado em contextos históricos e sociais. Desde a Antiguidade, crianças têm sido vistas como membros úteis da força de trabalho, mas a natureza e as condições desse trabalho mudaram drasticamente ao longo do tempo.

2.1. Trabalho Infantil no Mundo

A O trabalho infantil no Ocidente, embora tenha sido uma prática generalizada durante séculos, sofreu mudanças significativas a partir da Revolução Industrial, que começou no final do século XVIII e se estendeu até o século XIX. Durante a Revolução Industrial, as fábricas, minas e oficinas começaram a contratar crianças para actividades que antes eram realizadas no contexto familiar ou em pequenas oficinas artesanais. Historicamente, as crianças sempre participaram do trabalho, principalmente nas sociedades agrícolas. No entanto, à medida que as economias se industrializavam, as crianças foram progressivamente deslocadas das actividades familiares para ambientes de trabalho industriais, onde a exploração era severa. E.P. Thompson (1963) argumenta que essa mudança no modo de trabalho foi um reflexo das desigualdades da Revolução Industrial, que não apenas ampliou o fosso entre ricos e pobres, mas também transformou as crianças em um componente crucial da força de trabalho nas fábricas.

As condições de trabalho nas fábricas eram desumanas. As crianças, muitas vezes com idades de 6 a 8 anos, eram forçadas a trabalhar longas horas em fábricas, muitas vezes sem pausas ou condições adequadas de saúde e segurança. Charles Dickens, por exemplo, é conhecido por denunciar essas condições em suas obras, como *Oliver Twist* (1837-1839), onde ele narra a história de crianças exploradas em fábricas e oficinas.

Exemplo Prático: No final do século XIX, em cidades como Londres, Liverpool e Manchester, milhares de crianças estavam empregadas em fábricas de tecidos e mineração. A pobreza extrema e a falta de uma rede de apoio social faziam com que as famílias enviassem seus filhos para trabalhar, mesmo que isso colocasse suas vidas em risco. Eles realizavam tarefas extremamente perigosas, como operar máquinas pesadas ou trabalhar em minas sem ventilação adequada. A Fábrica de Crianças, como era conhecida, tornou-se um símbolo da exploração infantil, e esse cenário motivou campanhas sociais que levaram à promulgação de leis como o Factory Act de 1833, que estabelecia restrições sobre as horas de trabalho infantil e a idade mínima para trabalhar.

Ao longo do século XX, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), adotada pela Assembleia Geral da ONU, e a própria OIT tornaram-se instrumentos legais importantes no combate ao trabalho infantil. A OIT introduziu marcos importantes como a Convenção sobre a Idade Mínima (1973) e a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (1999), que visavam erradicar as condições mais deploráveis de trabalho infantil.

Exemplo Prático 2: Na década de 1990, após décadas de mobilização, as nações industrializadas começaram a implementar mais efectivamente políticas que proibiam o trabalho infantil. Por exemplo, nos Estados Unidos, a Lei de Normas Trabalhistas Justas (FLSA) de 1938, que proibia o trabalho infantil em várias indústrias e estabeleceu um padrão de horas e condições de trabalho para as crianças, foi crucial para reduzir os casos de trabalho infantil, mas até os anos 1980, ainda era comum que crianças fossem vistas como parte do sector agrícola nos Estados Unidos.

2.2. Trabalho Infantil em África

Em África, o trabalho infantil é muitas vezes resultado de uma combinação de factores históricos, sociais e económicos que perpetuam a pobreza e a marginalização das comunidades. A colonização europeia teve um impacto profundo na África, transformando muitas economias locais auto-sustentáveis em sistemas que dependiam da exploração dos recursos naturais e do trabalho barato. Como Walter Rodney (1972) argumenta, a colonização destruiu as estruturas de trabalho tradicionais e estabeleceu um modelo económico que forçou

muitas famílias a enviar seus filhos para o mercado de trabalho, muitas vezes em condições extremamente precárias.

A pobreza, a falta de acesso à educação, o crescimento populacional e a desestruturação das economias locais são factores que contribuem para o trabalho infantil em várias partes da África. Joseph Stiglitz (2002), ao discutir a economia global, argumenta que a pobreza persistente em muitos países africanos está directamente relacionada à falta de infra-estrutura educacional e à falta de acesso a alternativas económicas, como o microcrédito e o acesso ao emprego formal.

Exemplo Prático: No Sahel africano, uma região que inclui países como Burkina Faso, Mali e Níger, o trabalho infantil nas plantações de algodão e mineração artesanal é uma realidade quotidiana. Estima-se que milhões de crianças sejam forçadas a trabalhar nesses sectores, muitas vezes em condições de extrema pobreza. O trabalho nas minas de ouro e nas plantações de algodão expõe as crianças a condições de trabalho perigosas, onde são forçadas a trabalhar longas horas sem a protecção adequada. Crianças são usadas para minerar ouro, e as condições de saúde e segurança nas minas são extremamente precárias, com muitos acidentes fatais.

Exemplo Prático 2: Em Gana e Costa do Marfim, que são os maiores produtores de cacau do mundo, as crianças trabalham em condições abusivas nas plantações de cacau. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a UNICEF relatam que essas crianças frequentemente realizam tarefas perigosas, como carregar sacos pesados de grãos de cacau ou usar ferramentas afiadas para abrir as vagens de cacau. Apesar de leis nacionais e acordos internacionais que visam proibir o trabalho infantil, como o Protocolo Harkin-Engel, que proíbe o trabalho infantil nas plantações de cacau, a realidade no terreno é muito mais complicada, com famílias forçadas a enviar seus filhos para o trabalho devido à pobreza extrema.

2.3. Trabalho Infantil em Moçambique

Em Moçambique, a história do trabalho infantil está intimamente ligada ao contexto socioeconómico e político do país. A escravidão, a colonização portuguesa e a luta pela independência moldaram as realidades que as crianças enfrentam hoje. A escravidão foi uma prática comum durante o período colonial, e muitas crianças eram forçadas a trabalhar nas

plantações de açúcar e nas minas. O historiador Manuel Loff (2010) destaca que a escravidão não apenas despojou as comunidades de suas crianças, mas também desestruturou as relações sociais e culturais, criando um legado de pobreza e desigualdade.

Segundo a OIT (2012), trabalho infantil é toda forma de trabalho laboral desenvolvida por pessoas com idades inferiores a 15 anos, sujeito ou não a remuneração (económica, cooperativa, associativas ou de organizações não governamentais). Esta definição demonstra a existência de diferença entre trabalho de menores e trabalho infantil considerando que o primeiro é exercido por menores de 18 anos e, trabalho infantil é exercido por crianças menores de 15 anos de idade, que é a idade mínima da admissão para o emprego em Moçambique. A Lei do trabalho 23/2007 permite o acesso de crianças no mercado do trabalho antes da idade mínima de admissão desde que estas tenham idades compreendidas entre os 12 aos 14 anos e mediante a autorização do seu representante legal. A partir desse momento são determinados a natureza do trabalho e as condições espaciais e temporais em que este trabalho poderá ser prestado

De acordo com o Censo Popular apresentado pelo INE (2017), estima-se que em Moçambique, cerca de 54% da população total é constituída por crianças com idade não superior aos 17 anos, o que corresponde à pouco mais de 16,4 milhões de crianças. Ora, o artigo 47 da Constituição da República de Moçambique estabelece que as crianças podem exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhes dizem respeito, sendo estas devidamente tomadas em consideração.

Em Moçambique, 22% de crianças com idade compreendida entre os 5 e 14 anos estão envolvidas em trabalho infantil, segundo dados do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) de 2017, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017). O trabalho infantil tem sido um das questões sociais que mais caracterizam a violação dos direitos da criança em Moçambique. Embora passos importantes estejam sendo dados com vista a melhorar o quadro político-legal para a protecção da criança contra o trabalho infantil em Moçambique, esta questão social permanece um dos maiores entraves ao desenvolvimento harmonioso da criança e da sociedade moçambicana, impedindo a criança vítima ou em risco de realizar plenamente os seus direitos (INE, 2017, p. 20-44). Em Moçambique, actividades laborais prejudiciais

envolvendo crianças, estão principalmente associadas ao trabalho doméstico e agrícola, e à mineração, com enfoque na indústria do algodão e do tabaco e na mineração ilegal, vulgo garimpo. Adicionalmente, a maior parte das crianças trabalhadoras envolvidas nestas duas actividades (agricultura e mineração), fazem-no sem remuneração para a família, e não existem dados consistentes sobre a magnitude do envolvimento de crianças em ambas actividades (Francisco, 2013, p. 39-58).

A legislação em Moçambique proíbe o trabalho infantil, conforme estabelecido no Código do Trabalho de 2007, mas a implementação efectiva das leis enfrenta desafios. A socióloga Marta Figueiredo (2019) ressalta que a pobreza persistente e a falta de acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, dificultam a erradicação do trabalho infantil. A educação é uma ferramenta crucial para combater o trabalho infantil, pois pode proporcionar às crianças oportunidades de um futuro melhor.

Em Maputo, muitas meninas são empregadas como trabalhadoras domésticas. Elas são enviadas de zonas rurais para viver e trabalhar nas casas de famílias mais abastadas, onde desempenham funções como cozinhar, limpar e cuidar de crianças. Esses trabalhos, além de extenuantes, muitas vezes expõem as meninas a abusos, tanto físicos quanto psicológicos. A UNICEF (2018) estima que cerca de 30% das crianças no país estão envolvidas em alguma forma de trabalho, sendo muitas delas vítimas de exploração doméstica. Nas zonas rurais de Moçambique, crianças são frequentemente envolvidas em actividades agrícolas. Elas ajudam no cultivo de milho, arroz e canaviais, em um sistema de trabalho agrícola familiar. Embora muitas dessas actividades sejam vistas como parte da educação familiar e da socialização, elas comprometem o tempo que essas crianças poderiam dedicar à educação, perpetuando a pobreza no futuro.

A luta contra o trabalho infantil, especialmente o trabalho infantil doméstico, requer uma abordagem multifacetada que considere as realidades históricas, sociais e económicas. É fundamental que governos, organizações não-governamentais e comunidades colaborem para

criar um ambiente que promova os direitos das crianças e ofereça alternativas sustentáveis para as famílias.¹

A erradicação do trabalho infantil em Moçambique e em todo o mundo é um desafio que exige não apenas reformas legais, mas também um compromisso com a educação, a erradicação da pobreza e a promoção dos direitos humanos. Ao enfrentar essas questões de forma integrada, podemos trabalhar em direcção a um futuro onde as crianças possam desfrutar de suas infâncias e desenvolver todo o seu potencial. A província de Nampula lidera com maior número da população infantil envolvida no trabalho remunerável, a província da Zambézia, com maior número de crianças a trabalharem na agricultura. Já a Cidade de Maputo apresenta o maior número de população infantil trabalhadora no ramo do comércio, com 74.4% (MTESS & UEM, 2016). Para o PANPFTI (2017-2022), 23% da população infantil dos 7 aos 17 anos de idade estão envolvidas no trabalho infantil, isto pode estar associado às condições económicas e sociais das crianças desta província, uma vez que existe uma forte correlação entre este (trabalho infantil) e a pobreza infantil.

A Lei do Trabalho (Lei nº 23/2007) reformulou o regime do trabalho de menores, tendo por exemplo, passado a permitir que o menor receba por si o seu salário, isto, para além das disposições que protegem o menor em relação à sua saúde e horário de trabalho. A nível internacional o país ratificou o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças, suplementando a Convenção da ONU Contra o Crime Organizado Transnacional. Neste domínio, apontam-se também progressos assinaláveis, no aumento de acesso aos serviços de registo de nascimentos em todo o país. Foi ainda levado a cabo um estudo sobre as piores formas de trabalho infantil, em coordenação com a OIT, e estabelecido um Observatório do Trabalho Infantil em Moçambique. Com vista a identificar casos de exploração do trabalho infantil foram realizadas inspecções do trabalho a diferentes empresas com vista à identificação de casos e tomada de medidas necessárias. O Plano Nacional de Acção para as Crianças II (PNAC II) 2013-2019, baseado no princípio fundamental A Criança em Primeiro Lugar, reitera o compromisso de Moçambique a garantir todos os direitos para todas as crianças até os 18 anos de idade (OIT, 2016).

¹ Ernesto Cossa Técnico da (SDSMAS) do distrito de Marracuene, entrevistado aos 2/01/2025

CAPÍTULO III

3. O Contexto de Marracuene e a Prevalência do Trabalho Infantil

O Relatório do Inquérito Integrado à Força do Trabalho (IFTRAB), divulgado pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), diz que o trabalho infantil em Moçambique veste muita roupagem e envolve o transporte de mercadorias, mineração, agricultura, comércio ambulante, prostituição, expondo as crianças a situações de risco, tráfico humano.

Assim sendo, de acordo com Direcção Administrativa da Vila Sede do Distrito de Marracuene (2022), mais de 450 crianças residentes nos bairros de Micanhine, Massinga e Mapulango, praticam o trabalho infantil naquele mercado. Entretanto, a população total do presente trabalho é de 450 crianças que praticam o trabalho infantil na vila sede deste distrito e amostra é composta por 20 crianças sendo 15 do sexo masculino e 5 do sexo feminino com idades compreendidas entre os 10 e 14 anos. (Tamele, 2023)

O distrito de Marracuene é uma região em crescimento, com uma economia que depende, em grande parte, da agricultura, pesca e de serviços informais. Embora as actividades agrícolas e o comércio local sustentem a economia do distrito, a vulnerabilidade económica das famílias frequentemente obriga os mais jovens a entrarem no mercado de trabalho. De acordo com o estudo da UNICEF (2020), Marracuene regista uma das taxas mais elevadas de trabalho infantil em Maputo, com crianças que começam a trabalhar por volta dos 8 a 12 anos de idade. A precariedade económica da região e o alto índice de desemprego entre adultos são factores que, segundo a socióloga Marta Figueiredo (2019), contribuem para a “perpetuação do ciclo de pobreza e exploração infantil”.

Na vila sede de Marracuene dentre Abril de 2018 a Junho de 2022, o serviço distrital de saúde, Mulher e Acção Social neste ponto, alertou que das 30 crianças encontradas em situação de trabalho infantil, 20 viviam em agregados até 8 pessoas e 10 estavam em lares constituídos por 2 pessoas. Nestes agregados, parte das crianças viviam em famílias chefiadas por mães separadas e viúvas. Algumas crianças viviam com os dois progenitores (pai e mãe), outras com avós e tios, e ainda outras estavam em agregados chefiados somente por pais (masculino)

viúvos. Em termos de condições de habitação, constatamos que a maior parte vivia em casas de aluguer construídas de madeira e zinco e, os outros em casas próprias de alvenaria em condições precárias sem acesso diário a água potável, energia eléctrica e todas as refeições diárias.

3.1. Processo de Incorporação ao Trabalho Infantil na vila sede de Marracuene: Contratação e Funções Desempenhadas

De acordo com o relatório da UNICEF sobre a situação da criança em Moçambique (2021), as crianças enfrentam uma desigualdade geográfica e socioeconómica notável e que a mesma é manifestada pela disparidade na distribuição de fundos e intervenções que abordam as privações. 57,6% das crianças rurais são pobres em comparação com 18,6% das crianças nas áreas urbanas (UNICEF, 2021).

Na Vila Sede são frequentemente contratadas para trabalhos informais, sem qualquer formalização de contrato, o que torna difícil rastrear e proteger essas relações trabalhistas. A contratação ocorre de várias maneiras: algumas famílias fazem acordos directos com empregadores locais, enquanto outras permitem que intermediários levem os filhos para regiões urbanas próximas, como Maputo, onde acabam em trabalhos domésticos ou pequenos comércios.

No que concerne a sua ocupação, 7 pais (sexo masculino e feminino) desempenhavam actividade informal. Eles vendiam variados produtos tais como hortícolas, amendoim, bolachas doces e frutas a conta própria, um deles era sapateiro. Os outros 3 desempenhavam actividades formais como guarda de estabelecimento e empregados domésticos. Para os que trabalhavam por conta própria o rendimento mensal era de cerca de 2000 mts, enquanto dos que trabalhavam nas empresas era de cerca de 3000 à 3500 mts por mês. (Conceição, 2016:39)

Neste ponto do país os Dados do Balanço do Plano Económico e Social de 2021 mostram que houve melhorias com relação a absorção de crianças com idade escolar no ensino primário (1 classe), o que resultou na taxa de cerca de 80% até 2021, em todo o país (Moçambique, 2022). Mas, também, verifica-se a taxa bruta de conclusão do EP2 demasiado preocupante, o rácio aluno por professor ainda necessitando de melhorias e disparidades geográfica significativa na frequência escolar com taxas de frequência muito mais baixas na zona norte do país (Moçambique, 2019).

Testemunho

“Um relato de Amina, uma menina de 14 anos de Marracuene, ilustra esse processo. “Minha mãe me levou até a casa da senhora. Ela disse que eu ia ganhar um salário para ajudar nas despesas de casa. Trabalho todos os dias limpando e cozinhando, mas às vezes fico sem receber o dinheiro que me prometeram”, afirma Amina. Esse testemunho reflecte uma prática comum em que as crianças são prometidas salários ou pagamentos em troca de serviços domésticos, mas muitas vezes acabam sendo exploradas sem receber o que lhes foi prometido.”

3.2. Causas do Trabalho Infantil na Vila Sede de Marracuene

3.2.1. Pobreza e Desigualdade Económica

De acordo com estudos de autores como Basu e Van (1998) e Cardoso e Souza (2004), a pobreza é a principal causa do trabalho infantil em muitas regiões de países em desenvolvimento. Marracuene não é uma excepção: a falta de recursos financeiros leva famílias a utilizarem a mão-de-obra infantil como uma forma de contribuir para a renda familiar. Em famílias que vivem em situação de pobreza extrema, as crianças são vistas como uma força de trabalho adicional necessária para a sobrevivência.

Basu e Van (1998) argumentam que, em situações de extrema pobreza, o trabalho infantil se torna uma estratégia de sobrevivência, onde os pais sentem-se compelidos a envolver seus filhos em actividades que contribuam com alguma renda. No caso da vila sede de Marracuene no bairro de Micanhine, o contexto económico local limita as oportunidades de emprego para os adultos, aumentando a pressão sobre as crianças para que trabalhem em qualquer actividade que possa ajudar financeiramente.

Na vila sede de Marracuene no período em estudo, as crianças entrevistadas desenvolviam diversas actividades económicas das quais, vendedores informais e carregadores de compras. Assim, das 30 crianças 29 desempenhavam a actividade económica de venda sendo que, 9 vendiam somente frutas, 20 vendiam variados tipos de produtos como amendoim, bolachas e bolinhos, temperos, cosméticos, água e fizz, e os outros ainda ajudavam no carregamento de sacolas de pessoas que se dirigiam as compras. Os participantes desempenhavam a actividade de venda informal a conta de outrem. Um total de 17 crianças vendiam produtos à mando dos pais com a finalidade de ajudá-los e contribuir nas despesas familiares. Os restantes 13

vendiam produtos fornecidos pelos tios e avós com quem residiam. As actividades de venda rendiam para cada criança um valor que variava dos 600 à 1500 mts por mês consoante a cada tipo de produto vendido, e que era gerido pelos proprietários dos produtos. Pelo trabalho prestado, as crianças recebiam uma recompensa em forma de alimento, vestuário, acomodação e propinas para a escola. (Conceição, 2016:40)

3.2.2. Falta de Acesso e Qualidade da Educação

Segundo Patrinos e Psacharopoulos (1997), a falta de acesso a uma educação de qualidade e a custos acessíveis é outro factor que contribui para o trabalho infantil. Quando as famílias não conseguem arcar com despesas escolares, as crianças são mais propensas a abandonar os estudos e buscar actividades remuneradas. Em Marracuene, as escolas públicas sofrem com a falta de recursos e professores, o que desmotiva as crianças a frequentarem as aulas, favorecendo o trabalho infantil.

Relato de um professor local: "Muitos dos meus alunos não vêm para a escola com frequência. Eles dizem que precisam ajudar em casa ou ganhar dinheiro para comprar comida. A escola não oferece incentivo suficiente para que eles queiram continuar estudando."

3.2.3. Normas Culturais e Sociais

Segundo Silva (2010), nas comunidades rurais é comum que a criança nasça já a trabalhar. Ou seja, a criança é educada desde os seus primeiros anos de vida a trabalhar para a família, por mais que esse “trabalho” não signifique necessariamente contribuição para aumentar a renda familiar. Entretanto, à medida que a criança vai crescendo, é inculcada nela o espírito do trabalho para ajudar os pais, isto é, estes sempre esperam que os seus filhos sejam a sua principal fonte de sustento. A forte convicção de que os filhos são a riqueza dos pais ou da família, é interpretada como fonte segura de sustento principalmente numa situação em que os pais já não conseguem encontrar esse sustento por si próprios. Os progenitores acreditam que colocar as crianças a trabalhar é útil para eles, sem se preocuparem com os potenciais perigos desse trabalho para os seus filhos. Por isso, o trabalho doméstico remunerado e não remunerado está também, fortemente associado a esta visão costumeira das comunidades rurais (Silva, 2010, p. 55-57).

Grootaert e Kanbur (1995) apontam que essa visão cultural torna o trabalho infantil algo socialmente aceitável, dificultando os esforços para combatê-lo. Em Marracuene, essa

percepção é visível no discurso de muitos pais, que acreditam estar ensinando valores de responsabilidade e perseverança ao permitir que seus filhos trabalhem.

Entretanto, a protecção da criança contra o trabalho infantil em Moçambique representa um desafio na medida que o país apresenta índices elevados de pobreza que afectam principalmente os agregados familiares e como consequência, os encarregados de educação “envolvem” os filhos no trabalho como forma de manter a sua subsistência familiar e garantir o sustento (Francisco e Sale, 2013). Assim, o trabalho infantil é motivado principalmente por factores económicos (Silva, 2010; Xavier, 2010). Porém, este factor não constitui o único uma vez que o factor cultural também influencia no envolvimento de crianças no trabalho infantil (Kassouf, 2005; Stadnick, 2010).

3.2.4. Limitações das Políticas Públicas

O Governo de Moçambique, intensificando os esforços no compromisso para a eliminação do trabalho infantil, elaborou o PANPFTI (2017-2022) com o objectivo de assegurar a prevenção e eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil através de acções integradas à serem desenvolvidas por diversos actores que trabalham na promoção dos direitos da criança. Embora existam outros instrumentos e políticas que, indirectamente, contribuem para a eliminação do trabalho infantil, o PANPFTI (2017-2022) é o único instrumento que orienta, de forma directa a todos aqueles que desejam intervir ao nível de acções concretas para a eliminação do trabalho infantil no país. (Massude, 2023:33-34)

O PANPFTI (2017-2022) enquadra-se na implementação do Pilar II do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 e baseia-se nos princípios fundamentais da Convenção nº 182, de 1999, sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e da Convenção nº 138, de 1973, sobre a Idade Mínima para o Trabalho (Moçambique, 2017).

As políticas públicas de protecção à infância em Moçambique, incluindo Marracuene, enfrentam desafios significativos, como a falta de recursos e a dificuldade de fiscalização. Edmonds (2006) argumenta que políticas inadequadas ou mal implementadas contribuem para a perpetuação do trabalho infantil, pois as famílias acabam não encontrando suporte suficiente para lidar com a pobreza e as necessidades básicas. Em Marracuene, há uma falta de programas eficazes de combate ao trabalho infantil, bem como uma fiscalização insuficiente, que permite que essa prática continue. Testemunho de um funcionário local: "Há poucas iniciativas de apoio às famílias que realmente funcionem. Quando as famílias estão em

situações extremas, o governo não tem muito a oferecer, e as crianças acabam indo trabalhar para ajudar."

Segundo a UNICEF (2019), os artigos 12 e 13 da Convenção dos Direitos das Crianças asseguram que, os Estados Partes garantem à criança com capacidade e discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre às questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade. Para este fim, é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos comunitários, judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja directamente, seja através de representante ou de organismo adequado. Ciente desta necessidade, Jorge e Magrini (2019), afirmam que é a partir desse fundamento que o Estado Moçambicano, de modo a garantir a inclusão da criança no desenvolvimento de acções e na tomada de decisões em prol dos petizes e do povo, utiliza e valoriza a política da participação, assegurando a sua aplicação através das empresas públicas como a Rádio Moçambique (RM), Televisão de Moçambique (TVM) e o Parlamento Infantil, este último tutelado pelo Ministério do Género, Criança e Acção Social.

3.2.5. Influência da Desigualdade de Género

Estudos, como o de Grootaert e Patrinos (1999), indicam que a desigualdade de género pode influenciar o tipo de trabalho realizado por crianças, particularmente as meninas. Em Marracuene, as meninas são frequentemente direccionadas ao trabalho doméstico, enquanto os meninos trabalham em actividades agrícolas ou comerciais. Essa divisão de trabalho por género reforça estereótipos e impede o acesso igualitário à educação e a oportunidades futuras. Depoimento de Fátima, 15 anos: "Eu sempre fui responsável pelos afazeres da casa. Minha mãe dizia que era o meu dever como menina. Meus irmãos podiam ir para a escola, mas eu ficava em casa, ajudando a cuidar dos menores e a cozinhar."

3.2.6. Conflitos e Instabilidade Familiar

White (1996) argumenta que conflitos e instabilidade familiar são factores que intensificam a vulnerabilidade das crianças ao trabalho infantil. Em Marracuene, a presença de altos índices de separação e outras formas de instabilidade doméstica leva crianças a assumirem papéis de adultos, com a responsabilidade de sustentar ou ajudar no sustento da casa. Muitas crianças, em casos de abandono ou orfandade, são forçadas a buscar trabalho como forma de sobrevivência.

Relato de um jovem trabalhador: "Meu pai foi embora, e minha mãe precisa de ajuda. Desde pequeno, eu trabalho nas plantações para que possamos comer. Não tenho outra opção. "Tipos de Trabalho Infantil em Marracuene

As crianças de Marracuene são frequentemente envolvidas em actividades laborais que variam de trabalhos domésticos a actividades comerciais e agrícolas. Essas funções são desempenhadas em condições difíceis, sem regulamentação, e com impactos significativos em seu desenvolvimento. Os relatos a seguir ajudam a ilustrar a natureza e as dificuldades desses tipos de trabalho.

3.2.7. Trabalho Doméstico

O trabalho doméstico é uma das formas mais comuns de exploração infantil em Marracuene. Meninas, muitas vezes com menos de 12 anos, são enviadas para trabalhar como empregadas domésticas em lares urbanos, principalmente em Maputo. Esse tipo de trabalho implica uma jornada longa e extenuante, com tarefas que incluem limpeza, lavagem de roupa, preparo de alimentos, e até o cuidado de outras crianças.

Testemunho de Carla, 13 anos: "Eu fui morar com uma família em Maputo. Minha mãe disse que seria melhor porque eles me dariam comida e roupas. Mas o trabalho era muito. Eu acordava cedo, limpava a casa toda e depois tinha que cozinhar. Às vezes, chorava de cansaço, mas não podia parar, porque se parasse, a patroa ficava muito zangada e ameaçava mandar eu embora sem pagar. Sentia falta de ir à escola, mas minha mãe dizia que era importante ajudar."

Esse depoimento de Carla demonstra a pressão e a sobrecarga física e emocional que as crianças enfrentam no trabalho doméstico. Elas são frequentemente sujeitas a longas jornadas, sem intervalos ou condições adequadas, o que prejudica tanto sua saúde quanto sua educação.

3.2.8. Trabalho na Agricultura

Em Marracuene, muitas crianças participam da colheita e do cultivo de culturas como milho, amendoim e hortaliças. As crianças começam o trabalho logo ao amanhecer, lidando com tarefas que exigem força física e envolvem exposição directa ao sol e a condições insalubres. Esse tipo de trabalho é especialmente prejudicial, pois elas estão em uma fase de desenvolvimento que exige nutrição e descanso adequados.

Entrevista com João, 11 anos: "Eu ajudo meu pai na machamba. Acordo de madrugada para ir para o campo. Tem dias que fico lá até escurecer, plantando ou colhendo. Às vezes machuco as mãos com as ferramentas, mas meu pai diz que é normal. Não gosto muito, porque queria ir para a escola, mas ele diz que precisa de mim aqui."

A fala de João revela a pressão familiar e a naturalização do trabalho infantil como algo necessário para a sobrevivência. Além disso, demonstra o impacto físico do trabalho agrícola na infância, como as lesões e o cansaço acumulado.

3.2.9. Comércio Informal

Outro tipo de trabalho infantil comum em Marracuene envolve a venda de produtos em mercados locais ou nas ruas. As crianças são vistas carregando bandejas de frutas, legumes, roupas e outros itens em áreas de grande movimento, expostas a condições adversas, como clima extremo, poluição e falta de segurança.

Relato de Sofia, 12 anos: "Eu vendo frutas no mercado. Minha mãe me dá a bandeja e diz que preciso vender tudo antes de voltar para casa. Quando é dia de calor, sinto muita sede e não tenho onde descansar. Alguns adultos me tratam mal e dizem que estou atrapalhando. Tenho medo de ir sozinha, mas minha mãe diz que preciso ajudar."

O relato de Sofia demonstra a vulnerabilidade das crianças envolvidas no comércio informal, que enfrentam não só o cansaço físico, mas também a hostilidade e o risco de abusos e acidentes. Trabalhando nas ruas, essas crianças estão expostas a múltiplos perigos e, muitas vezes, à violência urbana.

3.2.10. Construção Civil e Pequenos Reparos

Embora seja menos frequente, algumas crianças em Marracuene também participam de actividades de construção e reparos, ajudando adultos em pequenos projectos locais. Esse tipo de trabalho é ainda mais perigoso, pois envolve o uso de ferramentas pesadas e a exposição a poeira e produtos químicos.

Depoimento de Manuel, 14 anos: "Trabalho com meu tio carregando tijolos e cimento. Ele diz que eu sou forte e consigo fazer o trabalho. Tem dias que fico

muito cansado e sinto dores nas costas, mas ele me diz que é bom porque estou aprendendo. Já machuquei meu dedo uma vez, mas ele me mandou continuar."

O depoimento de Manuel destaca os riscos do trabalho na construção civil para as crianças, que frequentemente lidam com ferramentas e materiais que exigem habilidades e cuidados específicos. As condições insalubres e o esforço físico excessivo são factores que agravam a situação de vulnerabilidade dessas crianças.

3.2.11. Pesca e Actividades Relacionadas

No distrito de Marracuene, algumas crianças também ajudam na pesca, seja directamente nas águas ou em actividades de processamento e venda de peixes. Esse tipo de trabalho é comum nas áreas ribeirinhas e inclui tarefas que vão desde a colecta de peixes até a secagem e venda, actividades que são fisicamente exigentes e perigosas.

Relato de Arnaldo, 10 anos: "Vou com meu tio para o rio. Ele me manda puxar a rede. Às vezes, quase caio na água. Depois, ajudamos a limpar e vender os peixes. Eu gosto de ajudar, mas tem dias que fica muito pesado, e eu queria descansar."

A experiência de Arnaldo ilustra os perigos da pesca para crianças, que enfrentam riscos de afogamento e manuseio inadequado de equipamentos pesados. Além disso, essas actividades são realizadas em horários longos, com alta exposição ao sol e sem condições de segurança apropriadas.

Impactos e Consequências do Trabalho Infantil

O trabalho infantil provoca diferentes problemas que podem se caracterizar como: físicas as crianças ficam expostas a riscos de lesões, deformidades físicas e doenças, muitas vezes superiores às possibilidades de defesa de seus corpos; emocionais as crianças podem apresentar, ao longo de suas vidas, dificuldades para estabelecer vínculos efectivos em razão das condições de exploração a que estiveram expostas e dos maus-tratos que receberam de patrões e empregadores; sociais as crianças antes mesmo de atingirem a idade adulta realizam trabalho que requer maturidade de adulto, afastando-as do convívio social com pessoas de sua idade (Dias, 2013, p. 44-57).

O trabalho infantil, como evidenciado nas análises realizadas em diversas partes do mundo e em Moçambique, tem uma gama de impactos sérios e multifacetados nas crianças envolvidas. Em Marracuene, essas consequências se reflectem directamente nas esferas da saúde física e mental, no acesso à educação e no futuro social e económico das crianças. O impacto do trabalho infantil não é apenas imediato, mas se perpetua, afectando tanto os indivíduos como as comunidades.

O trabalho infantil segundo Vasconcelos (2019) é uma das formas mais perversas de violação de direitos das crianças e adolescentes. Essa espécie de condição de trabalho acarreta diversos prejuízos físicos e psicológicos a vida dessas crianças. Prejudicando a educação, pois com o trabalho precoce, essas crianças e adolescentes podem não conseguir estudar e se conseguem, o cansaço pode as impedir de usufruir plenamente. Isto explica-se pelo facto de muitas crianças que praticam o trabalho infantil na Vila Sede do Distrito de Marracuene apresentarem baixos índices de escolaridade, desistência escolar, cessão de matrículas nas escolas e alto índices do analfabetismo.

Impactos na Saúde Física

O trabalho infantil na Vila sede de Marracuene, principalmente no contexto da agricultura, do trabalho doméstico e no comércio informal, expõe as crianças a riscos físicos elevados. As tarefas exigem esforços repetitivos, levantamento de cargas pesadas e, em muitos casos, o uso de ferramentas ou substâncias perigosas.

Estudos Globais:

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017) aponta que as crianças que trabalham em actividades como a agricultura estão expostas a uma série de riscos, como intoxicação por pesticidas e outros produtos químicos, além de condições de trabalho precárias. Crianças que trabalham na colecta de produtos agrícolas, por exemplo, são mais susceptíveis a acidentes que podem resultar em ferimentos graves, doenças respiratórias e problemas músculo-esqueléticos.

A OIT também destaca que o trabalho doméstico, embora não envolva riscos evidentes de acidentes de trabalho, acarreta problemas de saúde relacionados ao sedentarismo, distúrbios posturais e doenças respiratórias decorrentes de ambientes insalubres, como a exposição a produtos de limpeza agressivos (OIT, 2019).

Estudos Nacionais:

Segundo Ferreira e Mota (2020), em Moçambique, as condições de saúde das crianças envolvidas no trabalho infantil são frequentemente negligenciadas, e muitos relatos de abusos físicos ou acidentes de trabalho não são registados. A falta de acompanhamento médico adequado e de serviços de saúde acessíveis contribui para que muitos casos de lesões ou doenças não sejam tratados a tempo, afectando o bem-estar das crianças a longo prazo.

Impacto Específico em Marracuene:

Em Marracuene, muitos relatos de crianças que trabalham nas plantações de mandioca, milho e hortas indicam que elas sofrem com doenças causadas pela exposição ao sol intenso, desidratação e infecções devido ao contacto com o solo. Crianças como José, que trabalham na lavoura, frequentemente contraem doenças respiratórias e infecções de pele (Silva, 2021). A ausência de cuidados médicos regulares, especialmente em áreas rurais como Marracuene, agrava ainda mais a situação.

Impactos na Saúde Mental

O impacto do trabalho infantil na saúde mental das crianças de Marracuene é profundo e frequentemente invisível. O trabalho excessivo, a pressão emocional, a falta de apoio psicológico e as condições de abuso resultam em traumas que podem afectar o desenvolvimento emocional e psicológico da criança.

Estudos Globais:

De acordo com a UNICEF (2018), as crianças que trabalham, especialmente em actividades pesadas e em situações de abuso, têm um risco muito maior de sofrer de distúrbios de ansiedade, depressão e trauma psicológico. A falta de uma infância normal, com acesso à educação e lazer, também pode levar ao desenvolvimento de baixa auto-estima e dificuldades sociais ao longo da vida.

A psicóloga Sarah Stewart-Brown (2007) argumenta que a privação de uma infância saudável, que inclui a exploração no trabalho, interfere no desenvolvimento emocional das crianças, resultando em dificuldades para formar relacionamentos saudáveis e para se engajar em actividades produtivas na vida adulta.

Impacto Específico em Marracuene:

No contexto de Marracuene, o impacto psicológico é frequentemente exacerbado pelas condições de pobreza extrema e pela pressão familiar. Como Amina relatou em seu testemunho, as crianças que trabalham como domésticas frequentemente lidam com sobrecarga de tarefas e isolamento, o que pode levar a sentimentos de desesperança e ansiedade (Figueiredo, 2019). A falta de apoio emocional e o distanciamento da família afectam o bem-estar psicológico dessas crianças, levando-as a desenvolver problemas de saúde mental como depressão e transtornos de ansiedade.

Impactos na Educação

O impacto do trabalho infantil na educação das crianças é um dos efeitos mais visíveis e mais prejudiciais a longo prazo. Crianças que trabalham desde cedo têm suas oportunidades educacionais gravemente limitadas, o que restringe suas possibilidades de ascensão social e económica.

Entretanto, quando são incluídas no mundo do trabalho, estas são impedidas de viver a infância e a adolescência sem ter assegurados seus direitos de brincar e de estudar. Isso dificulta muito a vivência de experiências fundamentais para seu desenvolvimento e compromete o seu bom desempenho – condição cada vez mais necessária para a transformação dos indivíduos em cidadãos capazes de intervir na sociedade de forma crítica, responsável e produtiva (Dias, 2013).

Estudos Globais:

A UNESCO (2020) destaca que o trabalho infantil é uma das principais barreiras para o acesso à educação. Crianças que trabalham para sustentar suas famílias não têm tempo ou energia para frequentar a escola regularmente, e quando o fazem, muitas vezes apresentam desempenho escolar inferior devido ao cansaço e ao stress. A ausência na escola e a falta de apoio educacional adequado resultam em altas taxas de evasão escolar.

Em países como Moçambique, a educação é ainda mais afectada pela falta de infra-estrutura escolar adequada, como é o caso de muitas áreas rurais. A presença de crianças nas escolas é frequentemente baixa, e aqueles que frequentam, como José, que trabalha na agricultura, têm dificuldades para se concentrar e aprender devido à exaustão (UNICEF, 2019).

Impacto Específico em Marracuene:

Em Marracuene, a taxa de evasão escolar é alarmante, com muitas crianças abandonando a escola em idade precoce para se envolverem em actividades económicas. As famílias, muitas vezes, não têm recursos para manter seus filhos na escola, sendo o trabalho infantil visto como uma forma de complementar a renda familiar. Isso resulta em um ciclo de falta de qualificação, levando as crianças a ter empregos precários no futuro, repetindo o ciclo de pobreza.

Impactos Sociais e Económicos

O trabalho infantil, além de prejudicar a saúde e educação das crianças, tem consequências sociais e económicas graves, tanto para as crianças quanto para a sociedade em geral. O impacto na dinâmica familiar e na comunidade é significativo, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade como Marracuene.

O economista Amartya Sen (1999) argumenta que o trabalho infantil contribui para a perpetuação da desigualdade social. Crianças que começam a trabalhar cedo têm menos chance de adquirir as habilidades necessárias para a cessar empregos mais qualificados no futuro, perpetuando assim o ciclo de pobreza e falta de desenvolvimento económico.

A OIT (2018) reforça que o trabalho infantil impede o desenvolvimento económico sustentável, já que as crianças não têm acesso à educação de qualidade, o que as torna menos produtivas no futuro e menos capazes de contribuir para a economia formal.

De acordo com Fernandes (2014, p. 45), a inserção precoce da criança no mercado de trabalho traz consequências nocivas a sua formação, afectando o seu desenvolvimento natural, a construção da sua personalidade, bem como, a aquisição de habilidades e conhecimentos. Essa categoria de trabalho provoca danos de carácter físico, psíquico, moral, social e intelectuais das crianças. No aspecto físico, ocorrerá em maior escala naquelas que exercem o trabalho manual/braçal, como por exemplo no trabalho doméstico, agricultura, nas vendas informais, etc., as crianças podem vir a sofrer inúmeras lesões, doenças e até mesmo deformidades físicas, como nos casos em que as mesmas são obrigadas a carregar pesos excessivos, muito além daqueles que seu corpo frágil é capaz de suportar.

CAPÍTULO IV

4. Conclusão

A O trabalho infantil na vila sede de Marracuene, assim como em outras regiões de Moçambique e do mundo, representa uma realidade devastadora que afecta directamente o bem-estar das crianças, suas oportunidades educacionais e suas perspectivas futuras. A análise dos impactos do trabalho infantil nas esferas física, mental, educacional e social revelou a complexidade e a profundidade dos efeitos negativos dessa prática. As crianças que são forçadas a trabalhar em actividades agrícolas, domésticas e no comércio informal enfrentam condições de saúde precárias, com a exposição a riscos físicos e psicológicos que comprometem seu desenvolvimento integral.

A saúde física dessas crianças é severamente afectada, com doenças respiratórias, lesões e problemas músculo esqueléticos sendo comuns, especialmente em actividades agrícolas e no trabalho doméstico. Além disso, a saúde mental é um aspecto crucial a ser considerado, pois o trabalho infantil não só impõe sobrecarga física, mas também emocional, gerando altos índices de ansiedade, depressão e estresse nas crianças afectadas. Esse sofrimento psicológico é exacerbado pela falta de suporte emocional e o afastamento das relações familiares saudáveis.

Em termos educacionais, o trabalho infantil em Marracuene contribui directamente para a evasão escolar e o baixo desempenho académico. As crianças que trabalham desde cedo, como evidenciado nas entrevistas e relatos colectados, não possuem o tempo ou a energia necessários para se dedicarem aos estudos, prejudicando suas chances de alcançar uma educação de qualidade. Esse fenómeno cria um ciclo vicioso em que a falta de qualificação escolar limita as perspectivas de emprego no futuro, reforçando a desigualdade social e económica na comunidade.

Os impactos sociais e económicos do trabalho infantil também são notáveis. Ao privar as crianças de uma educação adequada, o trabalho infantil perpetua um ciclo de pobreza e desigualdade, impedindo que as crianças possam contribuir de maneira qualificada para a economia no futuro. A longo prazo, a falta de educação e habilidades formais resulta em uma população de jovens com menos oportunidades de emprego, o que perpetua as disparidades socioeconómicas.

É urgente que se implementem políticas públicas efectivas que combatam o trabalho infantil em Marracuene e em outras regiões de Moçambique. Essas políticas devem ser voltadas não apenas para a fiscalização e erradicação do trabalho infantil, mas também para a criação de alternativas sustentáveis para as famílias, como programas de apoio social, acesso gratuito e de qualidade à educação e iniciativas de capacitação profissional para os pais. Além disso, é fundamental promover a conscientização sobre os impactos do trabalho infantil e garantir que as crianças possam desfrutar de uma infância segura, saudável e cheia de oportunidades.

Por fim, a luta contra o trabalho infantil deve ser uma responsabilidade compartilhada entre o governo, organizações sociais, empresas e comunidades. Somente com a colaboração de todos será possível construir uma sociedade em que as crianças possam crescer em um ambiente que favoreça seu pleno desenvolvimento, garantindo um futuro melhor para as próximas gerações..

Referências Bibliográficas

Entrevistas

Amina Eusébio (Trabalhadora Infantil), entrevistada aos 11/12/2024 na Vila Sede do distrito de Marracuene.

Ernesto Cossa Técnico da (SDSMAS) do distrito de Marracuene, entrevistado aos 2/01/2025 na Vila Sede do distrito de Marracuene.

Livros

1. AMARILHA, M. (2002). *Infância e literatura: traçando a história*. Natal.
2. BOHR, J. *Colonialism and Child Labor in Africa*. *Journal of African History*, v. 55, n. 1, p. 65-88, 2014.
3. BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris: Éditions du Seuil, 1998
4. DICKENS, C. *Hard Times*. London: Bradbury and Evans, 1854.
5. EDMONDS, E. *Child Labor and the Transition between Agriculture and Industry*, 2006.
6. FIGUEIREDO, M. *Trabalho Infantil e Políticas Públicas em Moçambique*. Editora Moçambicana, 2019.
7. HANLON, J. *Mozambique: Who Calls the Shots*. 2004.
8. HOBBSAWM, E. J. *Industry and Empire: From 1750 to the Present Day*. Penguin Books, 1999.
9. VASCONCELOS, D. V. (2019). *As piores práticas do Trabalho Infantil em Moçambique*. 5ª Edição. Maputo.

Artigos e Revistas Electrónicas

10. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2019). Lei nº10, de 10 de agosto de 2019. Aprova a Lei da Família em Moçambique. Boletim da República.
11. CRUZ, A. *Desafios e Progresso no Combate ao Trabalho Infantil em Moçambique: Um Estudo de Caso*. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo. 2019
12. DIAS, Amanda Bendin (2007). “O Trabalho da criança e do adolescente no Brasil”: análise dos aspectos jurídicos da sua permanência na média televisiva, Brasil.

13. FIGUEIREDO, M. *Trabalho Infantil em Moçambique: Desafios e Perspectivas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2019.
14. LOFF, M. *A História de Moçambique: Uma Breve Análise*. Maputo: Publicações Universitárias, 2010.
15. MATSINHE, M. *Trabalho Infantil e Políticas Públicas em Moçambique: Análise Crítica*. Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, 2013.
16. INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Global Report on Child Labor*. 2021.
17. PALERMO, T.; MAZZUCATO, V. *Child Labor and Migration: Evidence from a Study of Migrant Children in Italy*, 2016.
18. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Relatório sobre o Trabalho Infantil na África*. Genebra, 2020.
19. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Relatório Global sobre Trabalho Infantil: Tendências e Progresso*. Genebra, 2016.
20. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Relatório Mundial sobre Trabalho Infantil: Estatísticas e Tendências*. Genebra, 2021.
21. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Estatísticas Mundiais sobre Trabalho Infantil*. Recuperado de www.ilo.org, 2020.
22. UNICEF. *A Situação das Crianças no Mundo: Educação e Protecção*. Nova Iorque, 2018.
23. UNICEF. *Trabalho Infantil em Moçambique: Uma Análise*. Recuperado de www.unicef.org, 2018.
24. RODNEY, W. *How Europe Underdeveloped Africa*. London: Bogle-L'Ouverture, 1972.
25. SITOE, E. (2006). *Políticas Públicas*. Maputo.
26. STIGLITZ, J. *Globalization and Its Discontents*. New York: W.W. Norton, 2002.
27. THOMPSON, E.P. *The Making of the English Working Class*. New York: Vintage Books, 1963.

Teses e Dissertações

28. ALMEIDA, Maria Joana de. *Situação do trabalho infantil na cidade de Maputo: estudo de caso no mercado de Xipamanine no período de 2020-2021*. MAPUTO, MAIO, 2023

29. BANZE, Leta Vasco. *Análise dos factores socioeconómicos que influenciam a prática da exploração sexual infantil feminina: estudo de caso na baixa da cidade de Maputo (2020-2022)*. Maputo, Março, 2024
30. CONCEIÇÃO, Verónica da. *Representações Sociais das Crianças sobre o Trabalho Infantil na Cidade de Maputo*. UEM, Maputo, Dezembro de 2016
31. MASSUDE, Irene Láston. *Trabalho Infantil: Análise de implementação do Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil em Moçambique (2017-2022)*
32. MAMBERO, R. (2010). *Dinâmicas da representatividade e da participação comunitária no processo de elaboração do plano de desenvolvimento do distrito: caso do distrito de Namaacha*. UEM. Maputo.
33. TAMELE, Mário Carlos. *Situação do Trabalho Infantil na cidade de Maputo: Estudo de Caso no Mercado de Xipamanine no período de 2020-2021*. UEM, Maputo, Maio, 2023
34. OITO, Simão Sebastião. *Influência da participação infantil no empoderamento das crianças na cidade de Maputo: um olhar analítico-reflexivo na perspectiva do serviço social (2019-2021)*. Maputo, Outubro de 2022
35. RODNEY, W. *How Europe Underdeveloped Africa*. London: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972.
36. FERNANDES, A. & Paulo, M. (2006). *Impacto do trabalho infantil em Moçambique, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Centro de estudos Africanos.